

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	24
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	25
10.5 - Políticas contábeis críticas	27
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	29
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	30
10.8 - Plano de Negócios	31
10.9 - Outros fatores com influência relevante	33

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco formalizada, todavia, adota em suas atividades ações para identificar, monitorar e tratar, quando necessário, os riscos. Na busca pela melhoria das suas práticas de Governança, vem implantando diversos instrumentos, com destaque para o Código de Ética e Conduta e o Programa de Integridade, os quais estão alinhados às Leis 12.846/2013 e 13.303/2016. A política de gerenciamento de riscos se encontra em estudos visando sua implantação. Para consecução desses objetivos, criou uma área de Conformidade em sua estrutura organizacional, responsável, também, pelo gerenciamento de riscos da Companhia.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento, quando houver, incluindo:**

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco formalizada.

**i. riscos para os quais se busca proteção.**

**ii. os instrumentos utilizados para proteção.**

**iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.**

A Companhia possui os Departamentos de Auditoria Interna e de Conformidade subordinados diretamente ao seu principal executivo e uma área específica de controladoria, que responde à Diretoria Financeira e de Relações com Investidores. Conta ainda com Conselho Fiscal de funcionamento permanente. Além disso, está sob a supervisão de órgãos de fiscalização e controle externo, entre os quais o Tribunal de Contas do Estado – TCE e a Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Departamento de Controle e Avaliação – DCA, da Corregedoria Geral da Administração – CGA, através da Auditoria Geral, e da Assembleia Legislativa do Estado, por meio da Comissão de Fiscalização e Controle.

**c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia entende que a estrutura organizacional é adequada e permite o bom desempenho e a conformidade do ambiente controlado. Conforme mencionado, apesar da Companhia não possuir uma política de gerenciamento de riscos, o Departamento de Auditoria Interna e a área de Controladoria desempenham, no dia a dia, esse papel. Para tanto, se valem, principalmente, do sistema integrado SAP/R3, que por meio de parametrização permite, com adequado grau de confiabilidade, manter o controle de gastos, investimentos, empréstimos e financiamentos, ativo imobilizado, registro de receitas do seu faturamento e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores. Ademais, a Companhia se vale da Auditoria Interna para avaliar processos e controles internos existentes, assim como recomendar novas rotinas para melhorar a precisão e confiabilidade das informações e eliminar ou mitigar riscos. Ademais, com a criação do Departamento de Conformidade, responsável pelo

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

gerenciamento de riscos, a Companhia entende que a gestão de riscos passará por avanços elevando o patamar dos controles hoje praticados.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco formalizada, todavia, adota em suas atividades ações para identificar, monitorar e tratar, quando necessário, os riscos. Na busca pela melhoria das suas práticas de Governança, tem como objetivo a criação da política, tal ação se encontra em fase de estudos.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo

Mesmo não possuindo uma política, a Empresa identifica no seu mercado de atuação seus riscos e toma ações para eliminar ou diminuí-los.

A receita da Companhia é proveniente da manutenção da disponibilidade de suas usinas para a geração de energia elétrica, a qual foi negociada por meio de cotas com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

Assim, a empresa identifica os principais fatores de risco que afetam seus negócios como sendo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco de Crédito

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de liquidez

ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge).

A Companhia avalia periodicamente o grau de exposição aos riscos e a necessidade de proteção. Atualmente julga não necessitar de proteção patrimonial.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).

A Companhia avalia periodicamente o grau de exposição aos riscos e a necessidade de proteção. Atualmente julga não necessitar de proteção, por isso não possui instrumentos para proteção patrimonial.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

A Companhia realiza, periodicamente, análise de sensibilidade dos índices que utiliza, medindo o impacto desses no seu resultado.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia avalia que o grau de exposição é baixo, assim, atualmente o emissor não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

A Companhia, além de possuir um Departamento de Auditoria Interna subordinado diretamente ao seu principal executivo e de área específica de controladoria, conta com o Conselho Fiscal de funcionamento permanente. Além disso, está sob a supervisão de órgãos de fiscalização e controle externo, entre os quais o Tribunal de Contas do Estado – TCE e a Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Departamento de Controle e

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Avaliação – DCA, da Corregedoria Geral da Administração – CGA, através da Auditoria Geral, e da Assembleia Legislativa do Estado, através da Comissão de Fiscalização e Controle.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não possui a referida política, todavia, adota em suas atividades ações para identificar, monitorar e tratar, quando necessário, os riscos. Na busca pela melhoria das suas práticas de Governança, tem como objetivo a criação da política.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

### **5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A EMAE, por meio dos documentos de governança e gestão estabelece as diretrizes para a realização dos seus processos. Esses documentos estabelecem valores, alçada e competência para execução das atividades, bem como padroniza e estabelece regras para as atividades.

O controle das ações na Companhia é realizado por meio do sistema SAP R/3, que é uma ferramenta parametrizada refletindo as regras de negócio estabelecidas nos documentos de gestão e governança. No SAP/R3 estão estabelecidas as segregações de funções e níveis de aprovações, o orçamento previsto e realizado, previsões de dispêndio, e o fluxo de caixa. Assim, essa ferramenta permite o controle dos ciclos econômico, operacional e financeiro da EMAE com adequado grau de confiabilidade e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores CVM e ANEEL.

Para avaliar e aprimorar processos e controles internos existentes, assim como estabelecer novas rotinas, com vistas a reduzir prazos, melhorar a precisão e confiabilidade das informações e eliminar ou mitigar riscos, a EMAE mantém, em sua estrutura organizacional, o Departamento de Auditoria Interna e usualmente designa comitês multidisciplinares para esta finalidade.

**b. as estruturas organizacionais envolvidas.**

A EMAE não possui uma estrutura dedicada exclusivamente aos controles, entretanto, esta atividade é realizada por algumas áreas da Companhia.

O Departamento de Finanças, Controladoria e Tarifas, por meio da Coordenação de Planejamento Financeiro e Gestão Orçamentária, é responsável pelo controle financeiro da Companhia, enquanto a Coordenação de Contabilidade, Custos e Tarifas, também subordinada ao Departamento de Finanças, Controladoria e Tarifas, controla a situação econômica da EMAE, além de garantir a observação às normas contábeis aplicáveis.

O Departamento de Auditoria Interna, que se reporta à Presidência, é responsável pela verificação da consistência das informações e processos realizados na Companhia, além de observar o atendimento aos instrumentos de gestão e governança.

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado, por meio de relatório, ao Diretor Presidente e posteriormente aos demais

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhados em bases mensais pela área Auditoria Interna. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possa impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**

No curso dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, os auditores independentes apresentam a carta de controles internos na qual são apresentadas deficiências ou sugestões para melhorias identificadas. Ressaltamos que o parecer dos auditores não contém nenhuma ressalva ou comentário decorrente das deficiências nos controles internos.

Adicionalmente, reportamos que, na avaliação dos auditores independentes, não foi identificada nenhuma deficiência significativa nos controles internos.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.**

A diretoria da empresa implementou a prática de discutir cada apontamento com a área responsável pelo assunto, visando planejar e adotar as medidas corretivas necessárias para solução da deficiência.

A diretoria definiu como meta para as correções dos itens constantes nos apontamentos a data limite de 30 de setembro do exercício subsequente. Para os casos em que, durante a elaboração do plano de ação para correções, ficar evidenciado que o prazo de 30 de setembro não seja suficiente para a implementação da solução, a área responsável pela correção deve elaborar um cronograma detalhado com a definição dos prazos necessários para realização de cada etapa.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

*i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas*

A Companhia está em fase de elaboração, desenvolvimento, acompanhamento, monitoramento e mapeamento de Riscos.

*ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes*

As estruturas organizacionais são Auditoria Interna, responsável pelo controle interno e a área de Conformidade, responsável pelo monitoramento, com criação formalmente aprovada e com independência de seus dirigentes. A Auditoria interna se reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário e a área de Conformidade à Presidência, e ao Conselho de Administração, se necessário.

*iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:*

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Sim, se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

O Programa de Integridade está em fase de implantação, a Alta Administração e Gerentes receberam treinamento neste exercício, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, os demais Colaboradores encontra-se em nosso cronograma de treinamentos até o final deste semestre.



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

Estão previstas nas normas de Medidas Disciplinares da Companhia.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

Resposta: órgão que aprovou o código foi a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração, com data de aprovação em 19/10/2016 e, em fase de revisão.

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

O Canal de Denúncia está em fase de contratação, com previsão de operação à partir da primeira quinzena de junho de 2018 e estará a cargo de terceiros.

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

Para recebimento de denúncias de terceiros e também empregados.

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

Sim, está previsto mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé, conforme constam nos Instrumentos de Governança da Companhia.

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Gerente de Conformidade e o Comitê de Ética.

**c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Adotará de forma pontual os procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública e as mesmas encontram-se em aprimoramento.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

**5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos”:**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e****5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

A Companhia, como empresa controlada pelo Estado de São Paulo, está sujeita aos regramentos introduzidos pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, a qual “Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”. A Companhia está se adequando a essa nova legislação e deve estar aderente a ela dentro dos prazos nela estabelecidos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10. Comentários dos diretores

#### 10.1 a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia, em decorrência da celebração do aditivo ao contrato de concessão nº 002/2004, o qual prorrogou as concessões das UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes até 2042, nos termos da Lei nº 12.876/2013 (conversão da Medida Provisória nº 579/2012), passou a ter sua receita estabelecida por tarifa regulada, remunerando a gestão dos ativos vinculados por meio da disponibilização de toda sua energia e potência às distribuidoras no sistema de cotas. Com a conversão para essa modalidade, a receita das usinas sofreu redução, atenuada, no entanto, pela diminuição dos encargos setoriais. Igualmente a isenção dos riscos hidrológicos, estabelecida pelo atual modelo tarifário, tem impacto positivo para a Companhia, uma vez que, em condições sistêmicas desfavoráveis, como nos períodos de fraca hidrologia, baixos níveis nos reservatórios e geração térmica intensiva para compensar a diminuição da produção nas hidrelétricas, acarretaria, no modelo anterior, na necessidade de agentes geradores adquirirem energia a altos preços no mercado de curto prazo, para honrar seus contratos de venda.

A Companhia, além das receitas operacionais obtidas como concessionária de geração de energia elétrica, tem receitas geradas pela prestação de serviços de operação e manutenção no complexo termoeletrico formado pela UTEs Piratininga e Fernando Gasparian, da Baixada Santista Energia – BSE, bem como na Estação Elevatória Eduardo Yassuda, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

O contrato de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga à BSE, registrada nos demonstrativos financeiros como arrendamento mercantil financeiro, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06, tem impacto na geração de caixa da Companhia.

Em 2017, a EMAE, no consolidado, encerrou o exercício com saldo em caixa e equivalentes de caixa de R\$ 136,2 milhões (R\$ 80,3 milhões em 2016 e R\$ 50,1 milhões em 2015). A Companhia encerrou o exercício de 2017 com um capital circulante (Ativo Circ. – Passivo Circ.) de R\$ 177,4 milhões (R\$ 127,9 milhões em 2016 e R\$ 110,5 milhões em 2015).

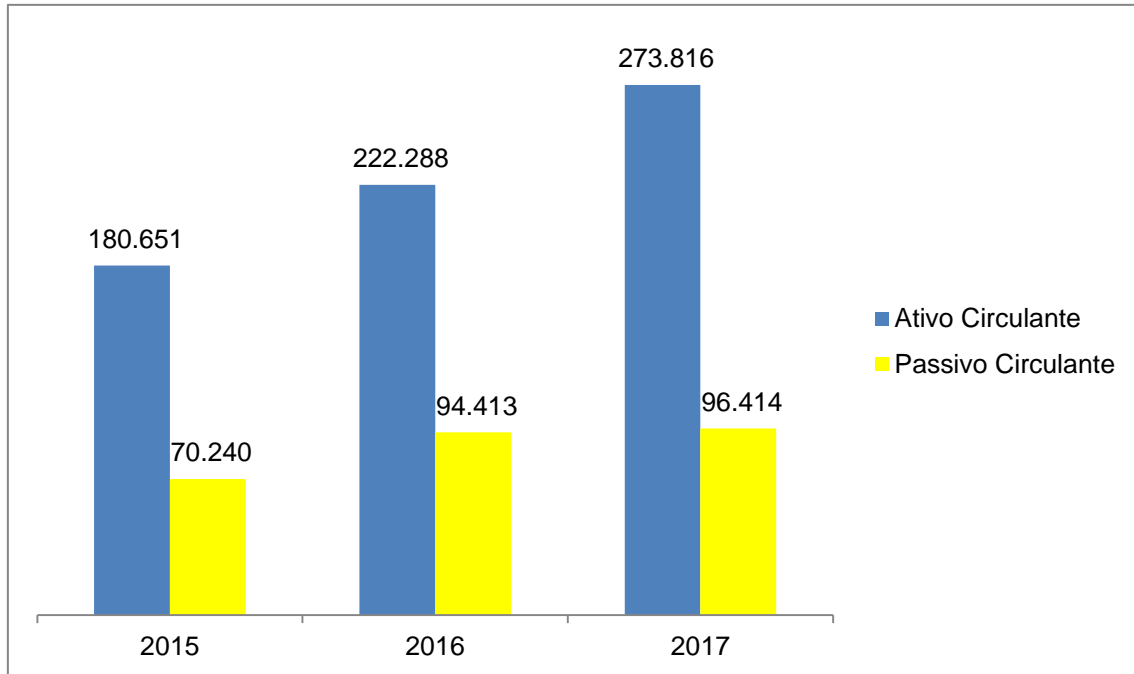
Os principais índices financeiros e patrimoniais da Companhia têm se mantido em níveis confortáveis no três últimos exercícios conforme abaixo:

Índice	2017	2016	2015
Liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	2,84	2,35	2,57
Liquidez seca ( (ativo circulante - estoques) / passivo circulante)	2,82	2,33	2,54
Liquidez imediata ((caixa e eq. de caixa / passivo circulante)	1,41	0,85	0,71
Liquidez geral ((ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + passivo não circulante))	2,51	2,37	2,72
Participação de capital de terceiros (capital de 3os. / P.L.)	51,86%	55,72%	44,37%
Composição do endividamento (passivo circulante / capital de 3os.)	22,68%	23,43%	20,81%

O índice de liquidez corrente demonstra que a Companhia possui recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. O índice de liquidez geral também se encontra em níveis adequados. O índice de participação de capital de terceiros vem se mantendo em torno de 50%, demonstrando que a dependência de capitais de terceiros da Companhia está em níveis adequados.

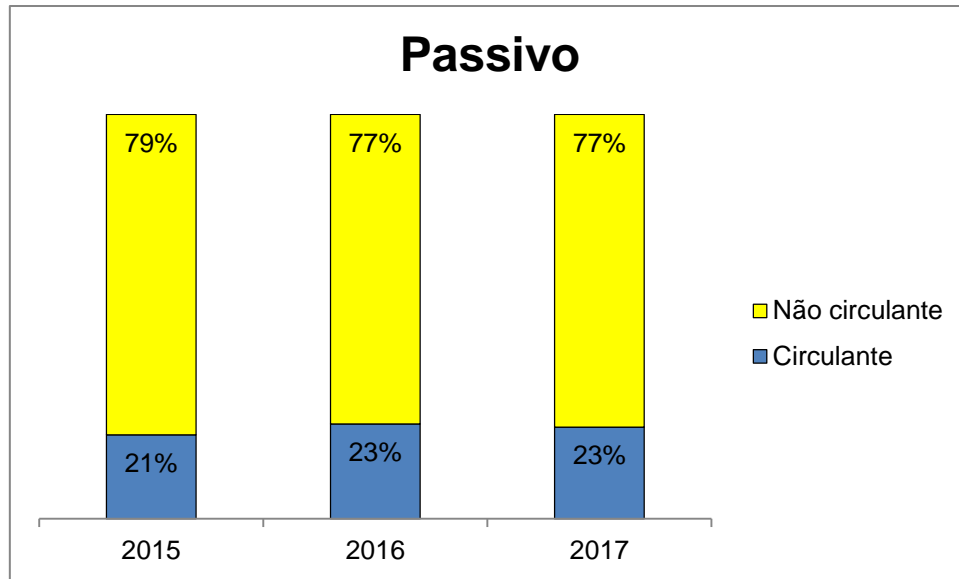
## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia apresentou, nos três últimos exercícios, condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações. A análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante demonstra que a Companhia possui capital de giro que permite que ela tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, suas dívidas e outros valores, no entanto, não há como garantir que tal situação permanecerá inalterada.



### b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada com relativa baixa participação de capitais de terceiros. O percentual de capital de terceiros em relação ao ativo total da Companhia tem se mantido em valores abaixo de 40% do total (34,15% em 2017, 35,78% em 2016 e 30,73% em 2015), sendo que o percentual de curto prazo (passivo circulante) se manteve abaixo de 25% do total de obrigações nos três últimos exercícios, demonstrando a alocação preponderante das obrigações no longo prazo.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

As obrigações da Companhia, no curto e longo prazo, estão detalhadas abaixo:

**Passivo - Consolidado**

(Em milhares de reais)

	2017	2016	2015
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	6.923	5.084	4.742
Financiamentos	7.312	6.671	6.549
Folha de pagamento	6.204	5.382	4.824
Obrigações estimadas - folha de pagamento	5.990	6.220	5.758
Entidade de previdência privada	11.348	32.784	16.833
Tributos e contribuições sociais	4.368	4.880	4.426
Imposto de renda e contribuição social a recolher	0	143	78
Dividendos e juros sobre o capital próprio	34.473	16.010	3.716
Taxas regulamentares	5.504	5.806	5.637
Obrigações especiais - RGR	1.801	-	-
Cauções e depósitos vinculados	6.633	6.633	7.178
Encargo de uso da rede elétrica	200	190	200
Outros passivos	5.658	4.610	10.299
	<u>96.414</u>	<u>94.413</u>	<u>70.240</u>
<b>Não Circulante</b>			
Financiamentos	78.660	85.054	90.453
Entidade de previdência privada	80.608	76.914	7.827
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	99.029	77.832	108.810
Taxa regulamentares	769	769	769
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	55.269	51.639	43.247
Obrigações especiais - RGR	14.401	16.202	16.202
	<u>328.736</u>	<u>308.410</u>	<u>267.308</u>

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. O capital social pode ser aumentado, conforme

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Estatuto Social, até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mil mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2017 eram os seguintes:

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL		R\$
	Ações	%	Ações	%	Ações	%	
Centrais Elétricas Bras S.A. - Eletrobras	-	-	14.416.333	64,82%	14.416.333	39,02%	111.364.254,43
Secretaria da Fazenda <sup>(1)</sup>	14.354.538	97,61%	52.068	0,23%	14.406.606	38,99%	111.289.114,65
Álvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero	-	-	2.200.633	9,89%	2.200.633	5,96%	16.999.597,12
Leonardo Izecksohn	-	-	1.045.573	4,70%	1.045.573	2,83%	8.076.912,32
Fanny Berta Izecksohn	-	-	642.734	2,89%	642.734	1,74%	4.965.034,64
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhaes	-	-	547.200	2,46%	547.200	1,48%	4.227.047,20
Eletropar Eletrobras Part S.A.	-	-	523.911	2,36%	523.911	1,42%	4.047.142,77
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô	350.832	2,39%	-	-	350.832	0,95%	2.710.130,52
Naf Enigma Fundo de Investimento em Ações	-	-	275.003	1,24%	275.003	0,74%	2.124.361,59
Nuevo Sumatra Ações Fundo de Investimento	-	-	235.400	1,06%	235.400	0,64%	1.818.433,68
Outros	-	-	2.302.859	10,35%	2.302.859	6,23%	17.789.279,40
	14.705.370	100%	22.241.714	100%	36.947.084	100%	285.411.308,00

(1) Acionista Controlador

O preço por ação da Empresa no fechamento do mês de dezembro de 2017 foi de R\$ 9,10.

**i. hipóteses de resgate**

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

**ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não aplicável.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas e suficientes para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, conforme pode se verificar através dos índices financeiros de desempenho obtidos das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no item 10.a.

A EMAE tem um perfil de dívida adequado em relação às operações da Companhia e sua controlada. Os contratos firmados são:

- BNDES – financiamento captado pela subsidiária integral Pirapora para financiar a construção e implantação da PCH Pirapora, com vencimento em setembro de 2030, cuja amortização será realizada através da geração de caixa das operações do próprio empreendimento; e
- Fundação CESP – contrato de reserva matemática com o fundo previdenciário administrado pela Fundação CESP, com vencimento em março de 2032.

	Saldo em 31.12.17 (em R\$ mil)	Vencimento
BNDES	85.972	Setembro/2030
Fundação CESP <sup>(*)</sup>	38.835	Março/2032

(\*) O passivo atuarial registrado em 31/12/2017 é de R\$ 91.956, cujo prazo está atrelado ao período de pagamento dos benefícios do plano.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios a Companhia não realizou nenhuma operação de crédito para financiamento de capital de giro ou investimento em ativos, financiando suas operações e investimentos com recursos próprios.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia não vislumbra necessidade de financiar suas operações mediante capital de terceiros, no entanto, em uma eventual necessidade a Companhia poderá acessar o mercado buscando a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos e prazos. No passado a Companhia já acessou o mercado por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Emissão de Notas Promissórias.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela a seguir demonstra o saldo devedor dos compromissos financeiros da Empresa em 31/12/2015, 31/12/2016 e 31/12/2017:

Descrição	2015 (R\$ mil)	2016 (R\$ mil)	2017 (R\$ mil)	Encargos
Fundação CESP – Benefício Suplementar Proporcional Saldado	24.660	109.698	91.656	IGP-DI + 5% a.a. +/- déficit/ superávit atuarial
BNDES (*)	97.002	91.725	85.972	TJLP + 1,9% a.a.

(\*) contrato firmado entre Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, e o BNDES, com linha de crédito de R\$ 98.017 mil.

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há outras relações

**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

No eventual concurso universal de credores será obedecida a seguinte ordem:

1. Contrato Financiamento da PCH Pirapora – BNDES para Pirapora Energia;
2. Fundação CESP – Benefício Suplementar Proporcional Saldado.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**Fundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Restrições quanto a:

- Limites de Endividamento e contratação de novas dívidas: Não há.
- Distribuição de Dividendos: Não há.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- Alienação de Ativos: Não há.
- Emissão de novos valores mobiliários: Não há.
- Alienação de Controle Societário: Não há.

**BNDES e Pirapora Energia S.A.**

Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito no valor de R\$ 98.017 mil

Garantias da operação:

- Contratos de venda de energia.
- Direitos emergentes da Resolução nº 1.429 da ANEEL.
- Totalidade das ações e respectivos direitos de subscrição de emissão da Pirapora Energia S.A.
- Contas bancárias da Pirapora Energia: manter recursos para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrente do Contrato.

Restrições quanto a:

- Alienação de Controle Societário pela EMAE: vencimento antecipado do contrato.
- Aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista na implantação da PCH Pirapora.
- Constituição de penhor ou gravames, sem prévia autorização do BNDES, sobre as garantias da operação a outros credores.
- Incluir em acordo societário, estatuto ou contrato social da Pirapora Energia S.A. restrições à sua capacidade de crescimento ou ao desenvolvimento tecnológico, ao acesso a novos mercados e à capacidade de pagamento das obrigações financeiras com o BNDES.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A controlada Pirapora possui contrato de financiamento com o BNDES para a construção da PCH Pirapora, cujos recursos foram integralmente liberados.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As tabelas abaixo refletem informações extraídas das contas patrimoniais e demonstrações de resultado consolidados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, com análises verticais e horizontais e comentários sobre as variações mais relevantes.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

ATIVO	2017			2016			2015	
	R\$ mil	V%	H%	R\$ mil	V%	H%	R\$ mil	V%
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalente de caixa	136.214	10,9%	69,7%	80.279	7,1%	60,1%	50.145	4,6%
Revendedores	18.153	1,5%	-37,9%	29.211	2,6%	78,8%	16.337	1,5%
Consumidores	466	0,0%	-88,9%	4.191	0,4%	395,4%	846	0,1%
Ativo financeiro indenizável	323	0,0%	-	0	0,0%	-	0	0,0%
Serviços - Canal Pinheiros	3.463	0,3%	95,2%	1.774	0,2%	-78,1%	8.115	0,7%
Alienação de bens e direitos	148	0,0%	-43,7%	263	0,0%	-68,5%	835	0,1%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.331	0,1%	12000,0%	11	0,0%	-99,6%	2.784	0,3%
Tributos e contribuições sociais compensáveis	1.123	0,1%	-27,6%	1.552	0,1%	-9,5%	1.714	0,2%
Estoque	1.789	0,1%	-9,0%	1.965	0,2%	-6,4%	2.099	0,2%
Despesas antecipadas	245	0,0%	14,5%	214	0,0%	-9,3%	236	0,0%
Arrendamento UTE Piratininga	79.364	6,4%	-6,8%	85.141	7,6%	12,6%	75.623	6,9%
Ativo financeiro - Sabesp	15.545	1,2%	-	0	0,0%	-	0	0,0%
Cauções e depósito vinculados	10.161	0,8%	-2,0%	10.372	0,9%	-20,4%	13.033	1,2%
Outros créditos	5.491	0,4%	-24,9%	7.315	0,6%	-17,7%	8.886	0,8%
	<u>273.816</u>	<u>22,0%</u>		<u>222.288</u>	<u>19,7%</u>		<u>180.653</u>	<u>16,4%</u>
<b>Não Circulante</b>								
Realizável a longo prazo								
Arrendamento UTE Piratininga	352.015	28,3%	-10,0%	391.257	34,8%	-3,4%	404.984	36,9%
Ativo financeiro - Sabesp	96.915	7,8%	-	0	0,0%	-	0	0,0%
Cauções e depósito vinculados	15.336	1,2%	-3,0%	15.806	1,4%	13,9%	13.879	1,3%
Ativo financeiro indenizável	53.683	4,3%	15,7%	46.386	4,1%	13,9%	40.716	3,7%
Ativo reversível da concessão	273.218	21,9%	-0,7%	275.273	24,5%	0,0%	275.273	25,1%
Outros créditos	1.209	0,1%	-43,4%	2.137	0,2%	-30,3%	3.065	0,3%
Investimentos	1.390	0,1%	0,0%	1.390	0,1%	0,0%	1.390	0,1%
Imobilizado	174.876	14,0%	3,2%	169.461	15,1%	-3,7%	176.037	16,0%
Intangível	2.567	0,2%	45,5%	1.764	0,2%	-21,9%	2.260	0,2%
	<u>971.209</u>	<u>78,0%</u>		<u>903.474</u>	<u>80,3%</u>		<u>917.604</u>	<u>83,6%</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>1.245.025</u>	<u>100,0%</u>		<u>1.125.762</u>	<u>100,0%</u>		<u>1.098.257</u>	<u>100,0%</u>

**2017:**

O ativo circulante apresentou aumento de R\$ 51,5 milhões, passando de um saldo de R\$ 222,3 milhões em 2016 para R\$ 273,8 em 2017, em função do aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 55,9 milhões e no saldo Ativo Financeiro – Sabesp de R\$ 15,5 milhões, os quais foram compensados parcialmente pela redução de consumidores e revendedores em R\$ 14,8 milhões. O aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa, em 2017, decorre principalmente dos recebimentos decorrentes do contrato de arrendamento mercantil (R\$ 84 milhões) compensado pelo volume de investimentos realizados (R\$ 15,7 milhões), pelo pagamento de dividendos (R\$ 14,8 milhões) e pelo pagamento do financiamento (R\$ 6,7 milhões). A redução no saldo de revendedores decorre, principalmente, da revisão tarifária ocorrida no período e pela revisão de volume nos contratos com consumidores livres.

No ano de 2017, conforme descrito na nota explicativa 18.2 às demonstrações contábeis de 31.12.17, a Companhia firmou acordo com a SABESP para o encerramento de litígios. Esse acordo estabelece o pagamento de R\$ 218,1 milhões pela SABESP da seguinte forma: (a) R\$ 46,3 milhões em cinco parcelas anuais e sucessivas, ajustadas pelo IPCA; e (b) R\$ 171,9 milhões em 26 parcelas anuais e sucessivas, ajustadas pelo IPCA. Como resultado desse acordo, a Companhia registrou um contas a receber de R\$ 112,5 milhões, sendo R\$ 15,5 milhões no circulante e R\$ 96,9 milhões no não circulante.

Em 2017, o Ativo não circulante apresentou aumento de R\$ 67,7 milhões principalmente em função do registro contas a receber do Ativo Financeiro - SABESP (R\$ 96,9 milhões), compensado pela reclassificação de parcela do arrendamento da UTE Piratininga para o circulante.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****2016:**

O ativo circulante apresentou aumento de R\$ 41,6 milhões, passando de um saldo de R\$ 180,6 milhões em 2015 para R\$ 222,3 em 2016, em função do aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 30,1 milhões e no saldo de revendedores de R\$ 9,9 milhões. O aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa decorre principalmente dos recebimentos decorrentes do contrato de arrendamento mercantil e ao menor volume de investimentos realizados durante o ano de 2016. O aumento no saldo de revendedores decorre, principalmente, da revisão tarifária ocorrida no período.

Em 2016, o Ativo não circulante apresentou redução de R\$ 14,1 milhões principalmente em função da depreciação do ativo imobilizado (R\$ 4,4 milhões) e a reclassificação de parcela do arrendamento da UTE Piratininga para o circulante.

**Passivo - Consolidado**

	2017			2016			2015	
	R\$ mil	V%	H%	R\$ mil	V%	H%	R\$ mil	V%
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	6.923	0,6%	36,2%	5.084	0,5%	7,2%	4.742	0,4%
Financiamentos	7.312	0,6%	9,6%	6.671	0,6%	1,9%	6.549	0,6%
Folha de pagamento	6.204	0,5%	15,3%	5.382	0,5%	11,6%	4.824	0,4%
Obrigações estimadas - folha de pagamento	5.990	0,5%	-3,7%	6.220	0,6%	8,0%	5.758	0,5%
Entidade de previdência privada	11.348	0,9%	-65,4%	32.784	2,9%	94,8%	16.833	1,5%
Tributos e contribuições sociais	4.368	0,4%	-10,5%	4.880	0,4%	10,3%	4.426	0,4%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	0	0,0%	-100,0%	143	0,0%	83,3%	78	0,0%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	34.473	2,8%	115,3%	16.010	1,4%	330,8%	3.716	0,3%
Taxas regulamentares	5.504	0,4%	-5,2%	5.806	0,5%	3,0%	5.637	0,5%
Obrigações especiais - RGR	1.801	0,1%	-	-	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	6.633	0,5%	0,0%	6.633	0,6%	-7,6%	7.178	0,7%
Encargo de uso da rede elétrica	200	0,0%	5,3%	190	0,0%	-5,0%	200	0,0%
Outros passivos	5.658	0,5%	22,7%	4.610	0,4%	-55,2%	10.299	0,9%
	<b>96.414</b>	<b>7,7%</b>	<b>2,1%</b>	<b>94.413</b>	<b>8,4%</b>	<b>34,4%</b>	<b>70.240</b>	<b>6,4%</b>
<b>Não Circulante</b>								
Financiamentos	78.660	6,3%	-7,5%	85.054	7,6%	-6,0%	90.453	8,2%
Entidade de previdência privada	80.608	6,5%	4,8%	76.914	6,8%	882,7%	7.827	0,7%
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	99.029	8,0%	27,2%	77.832	6,9%	-28,5%	108.810	9,9%
Taxa regulamentares	769	0,1%	-	769	0,1%	-	769	0,1%
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	55.269	4,4%	7,0%	51.639	4,6%	19,4%	43.247	3,9%
Obrigações especiais - RGR	14.401	1,2%	-11,1%	16.202	1,4%	0,0%	16.202	1,5%
	<b>328.736</b>	<b>26,4%</b>	<b>6,6%</b>	<b>308.410</b>	<b>27,4%</b>	<b>15,4%</b>	<b>267.308</b>	<b>24,3%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>								
Capital social	285.411	22,9%	-	285.411	25,4%	-	285.411	26,0%
Reservas de capital	387.130	31,1%	-	387.130	34,4%	-	387.130	35,2%
Outros resultados abrangentes	(24.877)	-2,0%	-30,8%	(35.947)	-3,2%	-187,9%	40.878	3,7%
Reservas de lucros	172.211	13,8%	99,4%	86.345	7,7%	82,6%	47.288	4,3%
	<b>819.875</b>	<b>65,9%</b>	<b>13,4%</b>	<b>722.939</b>	<b>64,2%</b>	<b>-5,0%</b>	<b>760.707</b>	<b>69,3%</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.245.025</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,6%</b>	<b>1.125.762</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,5%</b>	<b>1.098.255</b>	<b>100,0%</b>

**2017:**

O passivo (circulante e não circulante) aumentou de R\$ 402,8 milhões em 2016 para R\$ 425,2 milhões em 2017, devido aos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 21,2 milhões no imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre diferenças temporárias, principalmente em função do Ativo financeiro – Sabesp; (ii) aumento no saldo de dividendos a pagar em R\$ 18,5 milhões em virtude do aumento no lucro líquido apurado no exercício; (iii) aumento no saldo de provisão para riscos trabalhistas e cíveis em R\$ 3,7 milhões, devido às novas provisões registradas nesse período; (iv) redução no saldo de entidade de previdência privada em R\$ 17,8 milhões, principalmente em virtude do rendimento dos ativos do plano acima do esperado; e (v)

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

redução de R\$ 5,7 milhões no saldo de financiamentos, em virtude das amortizações realizadas no período.

O patrimônio líquido aumentou em R\$ 96,9 milhões em razão, principalmente, da destinação de parte do lucro líquido do exercício (R\$ 84, 9 milhões) para a reserva estatutária e à redução no saldo negativo de Outros resultados abrangentes em R\$ 11,1 milhões, pelo registro nessa conta dos rendimento dos ativos do plano de previdência privada acima do esperado.

**2016:**

Em 2016, o passivo circulante aumentou em R\$ 24,2 milhões devido, principalmente, ao aumento de R\$ 15,9 milhões no passivo atuarial com a entidade de previdência a empregados em função da mudança na taxa de desconto e ao aumento em R\$ 12,4 milhões nos dividendos a pagar, parcialmente compensados pela redução em depósitos vinculados.

O passivo não circulante apresentou aumento de R\$ 41,1 milhões em 2016 devido, principalmente, ao aumento no saldo do passivo com entidades de previdência privada em R\$ 69,1 milhões e pelo aumento em provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários em R\$ 8,4 milhões, os quais foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 31 milhões em imposto de renda e contribuição social diferidos.

O patrimônio líquido reduziu R\$ 37,8 milhões em razão (i) do ajuste de avaliação atuarial negativo no montante de R\$ 76,8 milhões, líquidos de impostos, (ii) do aumento do lucro líquido apurado no exercício em R\$ 55 milhões e (iii) da redução em virtude dos dividendos propostos no montante de R\$ 15,9 milhões.

**Demonstração do resultado do exercício - Consolidado**

	2017			2016			2015		
	R\$ mil	V%	H%	R\$ mil	V%	H%	R\$ mil	V%	H%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	209.510	100,0%	1,4%	206.607	100,0%	4,1%	198.444	100,0%	
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(186.268)	-88,9%	7,2%	(173.682)	-84,1%	6,6%	(162.943)	-82,1%	
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	23.242	11,1%	-29,4%	32.925	15,9%	-7,3%	35.501	17,9%	
DESPESAS OPERACIONAIS									
Despesas gerais e administrativas	(40.887)	-19,5%	12,9%	(36.210)	-17,5%	-19,5%	(44.981)	-22,7%	
Outras receitas e despesas	128.161	61,2%	4327,0%	2.895	1,4%	-125,3%	(11.455)	-5,8%	
	87.274	41,7%	-362,0%	(33.315)	-16,1%	-41,0%	(56.436)	-28,4%	
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	110.516	52,7%	-28437,4%	(390)	-0,2%	-98,1%	(20.935)	-10,5%	
RESULTADO FINANCEIRO									
Receitas	36.103	17,2%	8,4%	33.307	16,1%	0,4%	33.176	16,7%	
Despesas	(8.928)	-4,3%	-8,7%	(9.782)	-4,7%	-4,6%	(10.250)	-5,2%	
Variações monetárias líquidas	18.503	8,8%	-66,0%	54.351	26,3%	-15,2%	64.103	32,3%	
	45.678	21,8%	-41,3%	77.876	37,7%	-10,5%	87.029	43,9%	
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	156.194	74,6%	101,6%	77.486	37,5%	17,2%	66.094	33,3%	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Corrente	(21.553)	-10,3%	20,2%	(17.933)	-8,7%	139,1%	(7.501)	-3,8%	
Diferido	(15.495)	-7,4%	238,8%	(4.573)	-2,2%	-482,0%	1.197	0,6%	
	(37.048)	-17,7%	64,6%	(22.506)	-10,9%	257,0%	(6.304)	-3,2%	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	119.146	56,9%	116,7%	54.980	26,6%	-8,0%	59.790	30,1%	

**2017 comparado a 2016:**

A receita operacional líquida se manteve estável em 2017 quando comparada a 2016, entretanto observou-se: (i) uma redução na receita de cotas de energia elétrica de R\$ 6,4 milhões em virtude de ter sido incluído na receita de 2016 um componente financeiro de R\$ 16,1 milhões, o qual foi compensado pelo aumento em outros componentes da tarifa das cotas; e (ii) um

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aumento na renda de prestação de serviços de R\$ 7,7 milhões, principalmente em virtude dos serviços de operação e manutenção na UTE Piratininga.

Os custos e despesas operacionais apresentaram redução de R\$ 108,0 milhões em 2017 em relação a 2016, principalmente em razão dos seguintes fatores: (i) registro, em 2017, da receita com o acordo com a Sabesp, no montante de R\$ 123,8 milhões; (ii) redução, em 2017, na despesa de provisão para riscos trabalhistas e cíveis em R\$ 6,2 milhões; (iii) aumento da despesa com pessoal em R\$ 9,2 milhões, principalmente em virtude do reajuste salarial no acordo coletivo; (iv) aumento na despesa com previdência privada em R\$ 9,7 milhões, com base no estudo atuarial; e (v) aumento nas despesas com serviços de terceiros em R\$ 7,5 milhões.

O resultado financeiro líquido em 2017 apresentou uma redução de R\$ 32,2 milhões, quando comparado a 2016, principalmente em função da redução na atualização monetária do arrendamento mercantil em R\$ 37,4 milhões, o qual foi impactado pela redução na variação do IGP-M. Essa redução foi parcialmente compensada pelo efeito dos juros e variação monetária sobre o acordo da Sabesp no montante de R\$ 4,7 milhões.

A despesa com imposto de renda e contribuição social apresentou aumento de R\$ 14,5 milhões em 2017 quando comparada a 2016, em virtude do aumento no lucro antes do imposto de renda.

Como resultado dos fatores acima mencionados, o lucro líquido do exercício em 2017 aumentou em R\$ 64,1 milhões quando comparado ao de 2016.

### 2016 comparado a 2015:

A receita operacional líquida teve um aumento de R\$ 8,2 milhões em 2016 em relação a 2015, em função do aumento na receita de cotas de energia elétrica de R\$ 37,2 milhões, a qual foi parcialmente compensada pela redução na receita de construção de ativos próprios em R\$ 17,6 milhões, pela redução na receita de fornecimento de energia em R\$ 5,4 milhões e ao aumento nas deduções à receita operacional em R\$ 4,1 milhões.

Os custos e despesas operacionais apresentaram redução de R\$ 12,4 milhões em 2016 em relação a 2015, em razão da redução da despesa com entidade de previdência privada em R\$ 6,3 milhões, da redução das despesas com serviços de terceiros em R\$ 4,1 milhões, da redução com custos de construção de ativos próprios em R\$ 17,6 milhões e da redução da despesa com ajuste do ativo imobilizado em R\$ 12,8 milhões, os quais foram compensados pelo aumento na provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários em R\$ 26,5 milhões.

O resultado financeiro em 2016 teve redução de R\$ 9,1 milhões, quando comparado a 2015, principalmente em função da redução na atualização monetária do arrendamento mercantil, o qual foi impactado pela redução na variação do IGP-M.

A despesa com imposto de renda e contribuição social apresentou aumento de R\$ 16,2 milhões em 2016 quando comparada a 2015.

Os efeitos acima mencionados resultaram em uma redução no lucro líquido do exercício de R\$ 4,8 milhões em 2016 quando comparado ao de 2015.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2. Resultado operacional e financeiro****a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

## RECEITA OPERACIONAL

	2015	2016	2017
Fornecimento de energia elétrica	14.268	8.937	5.492
Cotas de energia elétrica	138.780	175.983	169.601
Suprimento de energia elétrica - leilão	28.581	31.242	33.142
Suprimento de energia elétrica - comercializadores	0	2.026	4.896
Energia de curto prazo - CCEE	3.255	613	2.209
Renda de prestação de serviços	12.989	9.544	17.261
Outras receitas	2.385	1.860	2.154
Receitas relativas à construção de ativos	23.651	6.039	7.957
	<u>223.909</u>	<u>236.244</u>	<u>242.712</u>

**i.1) RECEITAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS**

A Companhia está dentro do escopo do *ICPC 01 – “Contratos de Concessão”* e, em consequência, registra a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o *CPC 17 - Contratos de Construção*. Os custos das construções ou melhorias da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção, quando conhecida, é registrada imediatamente como despesa. Considerando que: (i) o modelo regulatório vigente não prevê margem de lucro na remuneração da construção ou melhoria da infraestrutura da concessão; (ii) as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e (iii) toda receita de construção está relacionada com a infraestrutura da concessão, a Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

**i.2) FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. De acordo com essas regras, o volume de energia entregue para o comprador é determinado, em bases mensais, de acordo com os termos do contrato de venda de energia. A receita de fornecimento de energia elétrica também inclui as transações no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****i.3) REGIME DE COTAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

A RAG das usinas objeto do segundo termo aditivo ao contrato de concessão remuneram os serviços de operação e manutenção, os investimentos realizados, investimentos a realizar e os encargos setoriais. A RAG relativa aos serviços de operação e manutenção e aos encargos setoriais é reconhecida, mensalmente, no resultado à razão de 1/12 avos, de forma a permitir sua confrontação com os custos e despesas dos serviços operação e manutenção e dos encargos realizados no mesmo período. O recebimento dessas cotas ocorre em bases mensais na mesma proporção da receita reconhecida.

Em virtude de os investimentos realizados serem registrados como receita de Contratos de Construção, no resultado, em contrapartida à rubrica Ativo Financeiro Indenizável, a parcela da RAG relativa à remuneração dos investimentos realizados é registrada a crédito da rubrica Ativo Financeiro Indenizável, como recebimento desse contas a receber, e a parcela da RAG relativa a remuneração dos investimentos a realizar é registrada a crédito da rubrica Outras Obrigações, no passivo, como um adiantamento recebido.

Os valores registrados em Outras Obrigações são transferidos a crédito da rubrica Ativo Financeiro Indenizável à medida que os investimentos previstos na RAG são realizados.

**i.4) RENDA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A Companhia possui contratos de prestação de serviços de operação e manutenção da UTE Piratininga. A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços à medida em que os serviços contratados são realizados.

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Em 2017:

- (i) aumento na receita operacional bruta em 2,74%, quando comparado com 2016.
- (ii) aumento nas despesas com pessoal em 9,65%, em virtude dos custos com rescisões trabalhistas e dos custos com assistência médica.
- (iii) aumento de 17,6% em serviços de terceiros, principalmente, em função das despesas jurídicas decorrentes da celebração do acordo com a Sabesp e dos custos para atender o contrato de operação e manutenção da UTE Piratininga.

Em 2016:

- (i) aumento na receita com quota de energia elétrica em R\$ 37,2 milhões;
- (ii) aumento na despesa com provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários em R\$ 26,5 milhões
- (ii) redução na despesa com baixa de ativos financeiros indenizáveis.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

- (iii) redução na receita financeira de atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil em R\$ 10 milhões;
- (iv) aumento na despesa de imposto de renda e contribuição social em R\$ 16,2 milhões

Em 2015:

- (i) Reversões de provisões trabalhistas e ambientais.
- (ii) Baixa de parte dos ativos financeiros indenizáveis decorrente de reanálises efetuadas.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Desde janeiro de 2013, com a vigência da nova regulamentação vinculada à prorrogação das concessões (Lei nº 12.783/2013, que regulamentou a MP nº 579), toda energia e potência das usinas prorrogadas passaram a ser alocadas às distribuidoras de energia elétrica no regime de cotas, sendo remuneradas por tarifas (mercado regulado). Em decorrência desse fato, a Companhia apresentou aumento na receita com quota de energia elétrica de aproximadamente R\$ 37 milhões no ano de 2016, em função da revisão tarifária ocorrida. Em 2017, houve uma redução de R\$ 6,4 milhões na receita com quota de energia elétrica, em virtude da tarifa aprovada em 2016 conter item financeiro da ordem de R\$ 16,1 milhões. Desconsiderando o item financeiro, a receita teria aumentado em 6%.

Os contratos de suprimento de energia – leilão são atualizados anualmente pela variação do IPCA.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Os principais custos e despesas da Companhia estão relacionados com:

- (i) a compra de energia elétrica para revenda – a energia comprada através de contratos de suprimento estão sujeitos a reajuste por índices de inflação (IGP-M, INPC etc.) e a energia comprada no mercado de curto prazo são adquiridos a valores de mercado.
- (ii) os encargos de uso da rede elétrica – geralmente são reajustados por índices de inflação, em bases anuais, e por revisões tarifárias que ocorrem a cada 4 ou 5 anos.
- (iii) despesas de pessoal, serviços de terceiros e materiais em geral – são ajustados por índices próximos à inflação, os quais são negociados pela administração com o intuito de obter economia/eficiência.
- (iv) o resultado financeiro que é impactado, principalmente, pela variação do IGP-M sobre o contrato de arrendamento financeiro com a BSE.



## **10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve

#### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 2015, 2016 e 2017 não houve eventos dessa natureza.

#### **c. eventos ou operações não usuais**

Não houve.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 - Mudanças práticas cont. / ressalvas e ênfase****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017

a.1) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 10/2016: Iniciativa de divulgação (modificação no IAS7/ CPC03 Demonstração dos Fluxos de Caixa)

Essa modificação inclui novos requerimentos de divulgação, os quais têm a finalidade de possibilitar aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliarem a movimentação dos passivos que estão relacionados com as atividades de financiamento, na demonstração dos fluxos de caixa. Essas modificações requerem a divulgação da movimentação desses passivos identificando os itens que afetam o caixa e os itens que não afetam caixa. A Companhia e sua controlada divulgaram as informações requeridas nessa revisão de pronunciamentos técnicos.

a.2) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 10/2016: Reconhecimento de ativo fiscal diferido sobre perdas não realizadas (*modificação no IAS 12/CPC 32 Tributos sobre o lucro*)

Essa modificação fornece orientações sobre o registro de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Essa modificação não trouxe impactos à Companhia e sua controlada, em virtude de não possuírem instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os Relatórios dos Auditores Independentes referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, foram emitidos pela KPMG Auditores Independentes. O relatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não contém ressalvas, mas contém ênfases. Nos relatórios dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, de acordo com permissão contida no item 8(b) da NBC TA 706 Parágrafo de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente, os parágrafos de ênfase estão apresentados na seção Principais Assuntos de Auditoria. A seguir são apresentados os principais assuntos de auditoria incluídos no relatório do auditor:

(i) Ativo financeiro indenizável

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 54.006 mil referente a investimentos realizados em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012, os quais são classificados como ativo financeiro indenizável por se caracterizar como um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Conforme definido na regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, inclusive a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, os investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e/ou revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração, a qual incluirá remuneração desses ativos. A Companhia avaliou e entende que os investimentos foram realizados

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, consequentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários, o que poderá impactar as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por essas razões esse assunto foi considerado como significativo pelos auditores.

(ii) Ativo Reversível da concessão

A Companhia mantém contabilizado ativo reversível da concessão registrado a custo histórico, que em 31 de dezembro de 2017 representa o valor de R\$ 273.218 mil, referente aos investimentos a serem indenizados pelo Poder Concedente (ANEEL) em virtude da renovação da concessão em 4 de dezembro de 2012. O valor da indenização, que ainda está em processo de homologação pela ANEEL, será determinado após fiscalização e definido com base no “Valor Novo de Reposição - VNR”.

Em 2017, a Companhia contratou empresa especializada para mensurar o valor dos ativos pelo VNR e não identificou indicadores de desvalorização sobre o valor contabilizado. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas ou ganhos, os quais serão reconhecidos quando vierem ao conhecimento da Companhia e atenderem aos requisitos contábeis para registro. Devido à relevância dos investimentos a serem indenizados e ao impacto que eventual diferença no resultado da homologação dos valores pela ANEEL poderá causar nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, esse assunto foi considerado como significativo pelos auditores.

(iii) Contrato de Arrendamento e contrato de concessão da Usina Térmica de Piratininga

A Companhia possui um contrato de arrendamento mercantil financeiro, cujo ativo está atrelado a um contrato de concessão referente à Usina Térmica de Piratininga com a Baixada Santista Energia S.A. (BSE) vigente até 2024. Em julho de 2015, o contrato de concessão entre a BSE e a União encerrou-se, tendo havido a continuidade da operação em caráter especial até 31 de dezembro de 2017. A Companhia aguarda a manifestação da União sobre a renovação da concessão. Nesse ínterim, a operação dos ativos da concessão continua sendo realizada pela BSE. Conforme estabelecido no contrato de concessão, considerando que a não renovação da concessão cessaria o contrato de arrendamento mercantil financeiro, o Poder Concedente teria que indenizar a EMAE pela reversão dos bens e instalações vinculados à concessão (pelo seu VNR), conforme regulação atual e a BSE necessitaria devolver os ativos arrendados em bom estado de conservação e em plenas condições operacionais. Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor da indenização deste ativo financeiro e o impacto que eventuais mudanças nas premissas e julgamentos utilizados poderiam ter sobre as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, esse assunto foi considerado como significativo pelos auditores.

(iv) Plano de Pensão

Devido à relevância e grau de julgamento das estimativas efetuadas para mensurar o valor líquido do passivo dos planos de pensão de benefício definido e contribuição variável da Companhia e do impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, esse assunto foi considerado como relevante pelos auditores.

## **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

### **10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela EMAE.**

Na preparação das Demonstrações Contábeis a Administração utiliza julgamentos e premissas para a elaboração de estimativas e para a aplicação das políticas contábeis e, em consequência, na determinação dos valores de ativos, passivos, receitas e despesas nas demonstrações contábeis.

Os valores efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir dessas estimativas realizadas pela Administração em função de novos eventos ocorridos ou informações disponibilizadas após a data da elaboração dessas estimativas.

Os julgamentos e premissas são revisados de forma contínua e, à medida que ocorram novos fatos ou novas informações estejam disponíveis, os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis, as quais têm efeitos significativos sobre determinados valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas a seguir:

#### **Arrendamento mercantil:**

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, celebrado em 27 de abril de 2007, o qual foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização de capital.

#### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia realiza análises de seus valores a receber em bases periódicas e constitui, quando necessário, provisões para créditos de liquidação duvidosa quando há evidências de que o crédito poderá não ser realizado.

#### **Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se a interpretação das disposições da legislação tributária aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis e exclusão de receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

#### **Ativo financeiro indenizável**

Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 – ANEEL, a Companhia tem direito ao recebimento de investimentos realizados após a renovação da concessão, ocorrida em 2012.

Dessa forma, a Companhia tem registrado como ativos financeiros indenizáveis os valores correspondentes aos investimentos realizados no seu parque gerador após

## **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

31/12/2012, os quais a Companhia entende terem sido realizados de forma prudente, conforme previsto na Resolução Normativa nº 642, de 16/12/2014. Os valores homologados pela ANEEL são considerados na determinação da Receita Anual de Geração – RAG. Uma parcela desses investimentos foi homologada e considerada na RAG em julho de 2015, 2016 e 2017.

### **Ativo reversível da concessão**

A renovação das concessões das usinas de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes ocorreram em 4/12/2012. De acordo com a Lei 12.783, por ocasião da renovação da concessão, os ativos da concessão devem ser revertidos para a União, mediante indenização. Dessa forma, em 31/12/2015, o custo histórico destes ativos, quando estavam classificados no ativo imobilizado, foi transferido para a rubrica ativo reversível da concessão.

Até 31/12/2017, o valor da indenização estava em processo de definição pelo Poder Concedente. Conforme o Decreto 7.850 de 2013, a indenização será determinada através de fiscalização para determinar os ativos indenizáveis e apuração do VNR (valor novo de reposição) desses ativos.

### **Entidade de previdência privada**

A obrigação líquida da Companhia para com os planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. Essa estimativa da obrigação líquida da Companhia é atualizada anualmente com base em estudo elaborado por atuário.

### **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários**

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável desse valor possa ser feita.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. **arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. **contratos de construção não terminada**
- v. **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Ressalta-se que a Companhia está realizando, conforme divulgado em notas explicativas às demonstrações contábeis, análise do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, que é aplicável a partir de janeiro de 2019. Esse pronunciamento introduz novos conceitos para o registro de arrendamentos mercantis pelas arrendatárias.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois, conforme indicado no item 10.6, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Com o objetivo de manter a confiabilidade, segurança e disponibilidade dos ativos e visando a compatibilizar as necessidades de investimentos, a EMAE investiu, no exercício de 2017, recursos próprios da ordem de R\$ 10,0 milhões nas suas instalações de geração e estruturas hidráulicas.

Os investimentos para o exercício de 2018 foram aprovados na 327ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 06.12.2017, no montante de R\$ 28 milhões.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Reserva para Recomposição de Ativos.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

**c. novos produtos e serviços.**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

A EMAE continuou trabalhando para o desenvolvimento e implantação de novos negócios. Nesse sentido assinou em 15/03/2018 o contrato formação de consórcio com a Gasen para desenvolvimento e construção de nova usina termoelétrica na área da sede, junto a Usina Piratininga. O projeto está inserido na Chamada Pública nº1/2015 - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área da EMAE com potência total de até 2.000 megawatts. Na chamada, foram selecionadas duas empresas parceiras, Gasen e AES Tietê. Atualmente, está em andamento o processo de “Due Dilligence” entre as Empresas. O processo de licenciamento ambiental para todo o empreendimento está sendo conduzido pela EMAE (Nota Explicativa – 1 das Demonstrações Financeiras).

A EMAE vem buscando obter a outorga para remotorização da Barragem Edgard de Souza. Em 2012, a concessão da usina expirou e o pedido de prorrogação foi indeferido e a decisão sobrestada, para, na sequência, ser definitivamente indeferido em razão de a usina não possuir equipamentos de geração. Com a promulgação da Lei nº 12.783/2013,



## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ficou estabelecido que as concessões das usinas não prorrogadas deveriam ser licitadas. No entanto, com a Lei nº 13.360/2016, que altera as condições de outorga da Lei nº 12.783/2013 para empreendimentos com capacidade de até 50MW, liberando a obrigatoriedade de licitação para esses empreendimentos, a EMAE entrou novamente com o pleito de obter autorização como Produtor Independente de Energia Elétrica. O assunto se encontra em análise na Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia – MME e a Companhia, com vistas a obter a outorga, efetuou a revisão da Nota Técnica em razão de dúvidas surgidas em relação propriedade da barragem, subsidiado as áreas técnicas e jurídicas do MME na avaliação do pleito.

A Companhia continua o estudo, em conjunto com o Departamento Hidroviário – DH, de integração dos sistemas de navegação no rio Tietê com a geração de energia. Dentro desse trabalho, formalizou junto à ANEEL o sumário executivo do Aproveitamento Hidrelétrico AHE Guaxatuba, o qual foi aceito, permitindo o início do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

A Chamada Pública nº 1/2016 – “Novas oportunidades de negócios de geração de energia a partir de fontes renováveis”, que tem o objetivo de selecionar potenciais parceiros para analisar e desenvolver oportunidades de negócio em geração de energia a partir de fontes renováveis continua aberta. No âmbito da Chamada, foi proposta uma etapa específica de Chamamento Público para fonte fotovoltaica, para selecionar interessados em oportunidade de negócio em empreendimentos fotovoltaicos, com módulos de até 5 MWp, junto à Barragem Edgard de Souza. Apesar de nove interessados terem participado do processo, nenhum deles atendeu aos requisitos da Chamada, que continua aberta a novos proponentes.

### **iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Por força da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e suas alterações, a EMAE aplica 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Por esta razão, desde o início do programa (setembro de 2004) até dezembro/2017, a Companhia destinou cerca de R\$ 21,1 milhões em P&D, dos quais R\$ 8,4 milhões para conta de desenvolvimento de projetos, R\$ 8,4 milhões em taxas para o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos e R\$ 4,2 milhões em taxas para a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do Ministério de Minas e Energia, conforme resolução setorial. O gasto no exercício foi da ordem de aproximadamente R\$ 1,7 milhões.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Nada a acrescentar, devido a todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já terem sido comentados nos itens anteriores, no Relatório Anual da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.